

# AVISO DE LICITAÇÃO N° 089/2010 CONCORRENCIA PÚBLICA N° 003/2010 (Lei n° 8.666/93, art. 21)

Tipo de licitação: MAIOR PREÇO.

Síntese do objeto: CONCESSÃO DE USO DAS DEPENDÊNCIAS DO TERMINAL

RODOVIÁRIO MUNICIPAL DE IVAÍ.

Sessão de julgamento: 21/06/2010 às 14:00 hs.

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos:

Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI - PR

Rua Rui Barbosa, 632 - Centro - Ivai - Pr - fone - (42) 3247-1222 - ramal 216

Ivaí, 19 de maio de 2.010

MARCO ANTONIO JENSEN
Presidente da Comissão Municipal de Licitação



### **EDITAL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR LICITAÇÃO N°: 089/2010

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2010

# 1 – PREÂMBULO -

- 1.1 A Prefeitura Municipal de Ivaí –Secretaria Municipal de Administração, com a devida autorização expedida pelo Sr. Idir Treviso Prefeito Municipal de Ivaí PR, exarada em 29/07/2010, e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações, Lei Complementar 123/2006 e demais legislação aplicável, torna publica a realização de licitação, no dia 20 de junho de 2010, às 14:00 horas, no prédio da Secretaria Municipal de Administração Setor de licitações da Prefeitura Municipal de Ivaí, sito a Rua Rui Barbosa, 632, centro Ivaí PR, na modalidade Concorrência Pública, para concessão de uso de bens públicos, conforme descrito no item 2 do edital, nas condições fixadas neste instrumento e seus anexos, sendo a presente licitação do tipo Melhor oferta.
- 1.2 O recebimento e protocolo dos Envelopes nº 01, contendo a proposta e Envelopes nº 02 contendo a Documentação de habilitação dar-se-á até às 13:50 horas, do dia 21.06.2010, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Ivaí, sito à Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivaí PR.
- 1.3 A abertura dos Envelopes nº **01** e **02**, contendo a proposta e a documentação de habilitação dar-se-á no mesmo local indicado no item 1.1, **às 14:00 horas, do dia 21.06.2010.**

### 2 – OBJETO

**2.1** - A presente licitação tem por objeto a exploração através da concessão de uso das dependências do Terminal Rodoviário Municipal de Ivaí, pelo prazo de 05 (cinco) anos, permitida a renovação por mais um período, referente a utilização comercial, das seguintes unidades:

### Lote 01 - Guichês destinado a venda de passagens e despacho de encomendas.

Item 1 – Guichê de nº 1, com 5,00 m2..

Preço mínimo mensal: R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais)

Item 2 – Guichê de nº 5, com 5,00 m2.

Preço mínimo mensal: R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais)

# Lote 02 - Salas comerciais destinadas a instalação de lojas

Item 1 - Sala Comercial nº 02 com 7,90 m2.

Preço mínimo mensal: R\$ 300,00 (trezentos reais).

Item 2 - Sala Comercial nº 03 com 7,90 m2.

Preço mínimo mensal: R\$ 300,00 (trezentos reais).

Item 3 - Sala Comercial nº 04 com 7,90 m2.

Preço mínimo mensal: R\$ 300,00 (trezentos reais).



### Lote 03 - Sala comercial destinada a instalação de restaurante/lanchonete

Item 01 – Sala Comercial com 62,31 m., composto por salão, cozinha e dispensa. Preço mínimo mensal: R\$ 300,00 (trezentos reais).

- 2.2) Critério de julgamento: Melhor preço mensal de cada item.
- 2.3 Será de exclusiva responsabilidade do vencedor de cada item, a aquisição, instalação e manutenção dos equipamentos, móveis e utensílios necessários ao funcionamento de cada uma das unidades licitadas.

### 3 -Da Concessão de Uso - Condições Gerais:

- 3.1) Cada um dos concessionários ficará responsável pelos serviços de limpeza e conservação de sua unidade;
- 3.2) As despesas decorrentes do consumo de energia elétrica de cada unidade será de responsabilidade do concessionário e as despesas de água e energia elétrica compreendidas como de uso geral do prédio do Terminal Rodoviário será dividida proporcionalmente entre todos os concessionários, sendo calculado pela metragem quadrada de cada unidade.
  - 3.3) A sub-locação de qualquer uma das unidades do lote não poderá ultrapassar ao prazo da concessão de uso;
- 3.4) Nenhuma sub-locação ou transferência a qualquer título, de uso das unidades poderá ser efetuada, sob pena de nulidade, sem que tenha o prévio conhecimento e consentimento da administração municipal.
- 3.5) Todos os encargos financeiros, sociais, legislação trabalhista, de seguros, e outros advindos com a contratação de pessoal, bem como, pelo uso da unidade da concessão, serão de exclusiva responsabilidade do concessionário de uso do respectivo item. Somente poderá trabalhar nas atividades instaladas no Terminal pessoas que tenham vinculo jurídico com o concessionário.
- 3.6) Qualquer equipamento instalado, como aparelho de fax, computador, telefone, ou outros, que se apresente como de uso de um só concessionário, será de sua exclusiva responsabilidade, assumindo todos os encargos decorrentes dessa instalação, inclusive pela sua manutenção.



- 3.7)- O detentor da concessão ou de sub-contrato poderá ter seus direitos rescindidos, desde que o seu procedimento comercial não se coadune com disposições legais e contrarie dispositivos expressos em regulamentos ou determinações baixadas pela administração municipal, ou em leis que regulem o assunto.
- Qualquer reforma, ampliação, alteração ou modificação física das unidades cedidas pela presente concessão de uso só poderá ser executada pelo concessionário de uso, mediante prévia consulta e autorização da administração municipal, correndo por sua conta e risco todas as despesas necessárias, ficando ciente de que todos os bens serão incorporados ao patrimônio público, sem nenhum ressarcimento ou indenização pelas obras realizadas.
- 3.9)- Todos os equipamentos, instalações e acessórios necessários ao funcionamento de cada unidade licitada, será de responsabilidade única do proponente interessado a quem compete a aquisição, instalação e conservação dos mesmos.
- 3.10) Todo e qualquer dano ou prejuízo que ocorrer na construção do prédio do Terminal Rodoviário, referente exclusivamente à unidade da concessão, será de responsabilidade única do concessionário respectivo.
- 3.11) Ocorrendo danos que atinjam todo o prédio ou parte dele, decorrentes de fatores climáticos como vendavais, chuva de granizo e outros classificados como decorrentes de fatores adversos e incontroláveis, serão de responsabilidade do município.
- 3.12) Todos os concessionários de uso das unidades do Terminal Rodoviário deverão obrigatoriamente dividir proporcionalmente entre si, o valor do seguro do prédio a ser estipulado anualmente.
- 3.13) É proibida a venda de bebidas alcoólicas nas dependências do Terminal.

# AQUISIÇÃO DO EDITAL

3.1- O presente edital e seus anexos encontram-se à disposição para verificação por parte dos interessados no Setor de Licitações, de 2ª-feira a 6ª - feira, das 08:00 às 17:00 horas, no período de 20.05.2010 a 21.06.2010.

# CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

### DA PARTICIPAÇÃO: 4) -

4.1 - Não poderão participar da presente licitação os interessados que estejam cumprindo a sanção prevista no inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93.



- 4.2 Não poderão participar da presente licitação os interessados que estejam cumprindo a sanção prevista no inciso IV do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93.
- 4.3 Na presente licitação é vedada a participação de empresas em consórcio.
- 4.4 Poderão participar desta licitação, as empresas cujo ramo de atividade seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação e que preencham todos os requisitos estabelecidos no presente edital:
- 4.5 Poderão participar desta licitação e se instalarem nas dependências do Terminal Rodoviário, pessoas físicas que constituam num prazo maximo de 60 (sessenta) dias empresas cujo ramo de atividade seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação e que preencham todos os requisitos estabelecidos no presente edital;

#### 5 -FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES "1" E "2" E DA CARTA DE CREDENCIAMENTO

5.1 - Os envelopes 1 e 2, contendo, respectivamente, a proposta de preco e a documentação referente à habilitação, deverão ser entregues na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital, devidamente fechados, constando da face de cada qual os seguintes dizeres:

> ENVELOPE N° 01 COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO Nº 089/2010 CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2010 **PROPOSTA** EMPRESA (Identificação da empresa proponente)

> ENVELOPE N° 02 COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO Nº 089/2010 CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2010 DOCUMENTAÇÃO EMPRESA (Identificação da empresa proponente)

- 5.2 Caso a proponente encaminhe um representante para acompanhar o procedimento licitatório, deverá formalizar uma carta de credenciamento (modelo constante no Anexo I), a qual deverá ser entregue, em envelope fechado, ao Presidente da Comissão de Licitação na data de abertura dos envelopes 1.
- 5.3 A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido no item 1.2 deste edital, não sendo permitido atraso, mesmo que involuntário, considerando-se como horário de entrega o protocolado pelo setor competente.

#### 6 -PROPOSTA DE PREÇO

6.1 – A proposta de preço – Envelope 2- Deverá ser apresentada por escrito e digital (salva em cd ou disquete). A proposta escrita deverá ser devidamente assinada pelo proponente ou seu representante legal, redigida em português, por meio mecânico, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas nos campos que envolverem valores e quantidades, deverá se elaborada considerando as condições estabelecidas neste edital e seus anexos e conter:



- a)- especificação do objeto;
- b)- indicação do quantitativo de unidades do objeto proposto, nos termos dos itens 2.1 e 2.2 deste edital.
- c)- preço do objeto proposto, com no máximo duas (02) casas decimais.
- d)- preço total
- e)- O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, na contagem do prazo excluir-se-á o dia de inicio e incluir-se-á o dia do vencimento.(ver § 3º do art. 64).

### 7 -DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

- 7.1 O envelope 2, contendo a documentação relativa à habilitação jurídica, técnica, econômica-financeira e fiscal deverá conter:
- 7.1.1 Para comprovação de habilitação jurídica:
- a)- ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores.
- b)- inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício.
- c)- decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no Pais.
- d)- declaração do proponente de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade expedida por órgão da Administração Publica de qualquer esfera de Governo (modelo constante no Anexo II). (art. 97 - Lei Federal 8.777/93).
- e)- declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (modelo constante no Anexo III).
- f)- para as micro(s) e pequenas empresas, declaração confirmando o enquadramento de conformidade com os incisos I e II do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006, (modelo constante no Anexo IV).
- 7.1.2 Para comprovação da regularidade fiscal:
- a)- prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); atenção ao item 7.3 do edital.
- b)- prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal (alvará de licença para localização), relativo ao domicilio ou sede do proponente, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação, com vigência valida para o exercício de 2010.
- c)- prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão (Negativa ou Positiva com efeitos negativos ou outra equivalente, na forma da lei) de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda ou órgão equivalente, do domicilio ou sede do proponente.



- d)- prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão (Negativa ou Positiva com efeitos negativos ou outra equivalente, na forma da lei) de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicilio ou sede do proponente.
- e)- prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão (Negativa ou Positiva com efeitos negativos ou outra equivalente, na forma da lei)de quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedido pela Secretaria da Receita Federal, e Certidão da Divida Ativa da União expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, do domicilio ou sede do proponente.
- f)- prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- g)- certidão negativa de falência e concordata, sede do licitante;
- h)- declaração, assinada pelo representante legal do proponente, de que recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da presente licitação (modelo no Anexo V).
- 7.1.3 Para comprovação de habilitação pessoa física:
- a) cópia da cédula de identidade;
- b) copia do CPF/MF acompanhado da declaração de regularidade perante a Receita Federal do Brasil.
- Declaração de que em caso de ser adjudicado tomará todas as providencias para a constituição da empresa (Pessoa Jurídica) dentro do prazo estebelecido.
- 7.2 Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor, na qualidade de membro da Comissão de apoio, mediante conferencia da cópia com o original ou publicação em órgão de imprensa oficial.
- 7.3 A apresentação de documentos que não constarem a validade em seu corpo deverá ter emissão com data anterior máxima de até 60(sessenta) dias na data da licitação.

### 8 - PROCEDIMENTO

- 8.1 Serão abertos os envelopes **1**, contendo a documentação relativa á habilitação dos proponentes e procedida a sua apreciação.
- 8.2 Serão considerados inabilitados os proponentes que não apresentarem os documentos exigidos neste edital.
- 8.3 Os envelopes **2**, contendo a proposta de preço, serão devolvidos fechados aos proponentes considerados inabilitados.
- 8.4 Serão abertos os envelopes **2**, contendo a proposta de preço dos proponentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos.



- 8.5 Será verificada a conformidade de cada proposta com os requisitos exigidos no item 6 deste edital, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.
- 8.6 Julgamento e classificação das propostas de acordo com o estabelecido no item 10 deste edital.

# 9 - HABILITAÇÃO

Os envelopes de HABILITAÇÃO deverão ser entregues devidamente fechados e com a documentação exigida no item 07 deste edital.

9.1 – Serão considerados inabilitados os proponentes que não apresentarem os documentos exigidos no item 7 deste edital.

# 10 - CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

10.1 – serão desclassificadas as propostas de preços, abaixo do limite minimo estabelecido por este edital.

# 11 - PRAZOS

- 11.1 O prazo máximo para a execução e vigência do objeto da presente licitação é de 05 (cinco) *anos* e será contado a partir da expedição do contrato.
- 11.2 Adjudicado o objeto da presente licitação, a Prefeitura Municipal de Ivaí convocará o adjudicatário para assinar o termo de contrato em até 30 dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93. (*ver art. 64, caput e § 1º*).
- 11.3 A Prefeitura Municipal de Ivaí poderá, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos neste edital, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para faze-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, de conformidade com o presente edital, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei 8.666/93. (*ver art.* 64 § 2°).
- 11.4 Os prazos de que tratam o item 11.1 poderão ser revistos nas hipóteses e forma a que alude o art. 57, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93.
- 11.5 Os prazos de que tratam o item 11.2 poderão ser revistos nas hipóteses e forma a que alude o art. 57, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93.

# 12 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1 Em caso de não cumprimento do fornecimento será aplicada à contratada multa moratória equivalente a 2% sobre o valor total , por dia útil excedente ao respectivo prazo.
- 12.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura Municipal de Ivaí poderá, garantida a previa defesa, aplicar à contratada as sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% sobre o valor total do contrato, limitada a 10% do valor contratual. (*ver Decreto-Lei 182, art. 9°*)

## 13 - CRITÉRIO DE REAJUSTE



13.1- O valor do pagamento mensal pela concessão de uso será reajustado a cada 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura do contrato, pelo índice IGPM do Governo Federal acumulado no período.

### 14 -**CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 14.1 O pagamento será mensal e o valor da concessão de uso deverá ser efetuado através de recolhimento via tesouraria da Prefeitura Municipal ou através de agência bancária credenciada, com prazo de vencimento até o dia 5 (cinco) do mês subsequente ao vencido.
- 14.2) A inadimplência do pagamento por 3 (três) meses consecutivos implicará na rescisão do contrato de concessão de uso, sem nenhum direito a indenização ou reposição de custos eventualmente realizados.

#### 17 -**RECURSOS**

17.1 - Todos os recursos serão interpostos de conformidade com as letras "a" e b" do inciso I do artigo 109 da Lei Federal 8.666/93.

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS** 18 –

- 18.2 Somente terá direito a usar a palavra, rubricar os documentos e propostas, interpelar, assinar ata, apresentar recursos, os representantes credenciados das empresas proponentes e membros da Comissão Municipal de Licitação.
- 18.3 Uma vez iniciada a abertura dos envelopes contendo as propostas, não serão admitidas quaisquer retificações quem possam influir no resultado, nem admitidos a participarem os proponentes retardatários.
- 18.4 A participação nesta licitação, importa ao proponente irrestrita aceitação das condições estabelecidas no edital e demais normas da Lei Federal 8.666/1993.
- 18.5 Atendida a conveniência administrativa, ficam os licitantes vencedores obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais ou de fornecimento, os eventuais acréscimos ou supressões, em conformidade com o artigo 65, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 com as alterações da Lei 8.883/94.
- 18.6 Esclarecimentos relativos à presente licitação somente serão prestados quando solicitados formalmente ao Setor de Licitações, à Rua Rui Barbosa, 632, Centro, Ivaí - PR, Fax (042) 3247 - 1388 ou através do email licitacao@ivai.pr.gov.br .

#### 19 -**ANEXOS DO EDITAL**

- 19.1 Integram o presente edital os seguintes anexos:
- a)- Anexo I Modelo de Carta de Credenciamento;
- b)- Anexo II Modelo de Declaração de Idoneidade;
- c)- Anexo III Modelo de Declaração de Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal:
- d)- Anexo IV- Modelo de Declaração de estar enquadrada como micro empresa ou empresa de pequeno porte;
- e)- Anexo V Modelo de Declaração de Renúncia habilitação;
- f)- Anexo VI Modelo de Declaração de Renúncia julgamento;



POR TODOS
TODOS POR

Rua Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

- g)- Anexo VII- Modelo de Declaração de Recebimento e/ou Acesso à Documentação;
- h)- Anexo VIII Modelo de Proposta Comercial (ilustrativo);
- i)- Anexo IX Proposta ES site Ivaí.pr.gov.br. **Preenchimento e entrega obrigatória.**

Ivaí, 19 de maio de 2010.

MARCO ANTONIO JENSEN
Presidente da Comissão Municipal de Licitação



Anexo I	(apresentação	optativa)			
Edital de Licit	tação 089/2010 - Modal	idade Concorrência I	Pública 003/20	)10	
	-		(r	proponente	e)
Á Comissão I	Municipal Permanente d	e Licitação da Prefei	tura Municipal	de Ivaí -	Pr
		<b>,</b>			
		CARTA DE CREDE	NCIAMENTO		
Pela	a presente, credenciam	os o(a) Sr(a)			. portador(a) da Cédula de Identidade
sob nº	e CPF/MF sob	n <sup>o</sup>		a participa	_, portador(a) da Cédula de Identidade ar em todas as fases do procedimento
icitatório ins	taurado pela Prefeitura	 Municinal de Ivaí – P	, ` r	a participo	ar our todae de racce de procedimente
	taanaa pola i ioioitaia				
Na	qualidade de representa	ante legal da empres	а		outorga-se ao(à) acima credenciado(a),
	poderes, o de renuncia				outorga do do(a) domina orodoniolado(a),
	podoros, o do ronansia	r do dirotto do intorpo	orgao ao ritoo		
	ρm	de	de		
	,0111_	uo	uo	<del></del> '	
Λοο	inatura e identificação	do representante logo	da empresa	nrononon	<del></del>



Edital de Licitação 089/2010 – Modalidade Concorrência Pública 003/2010  (proponente)  Á Comissão Municipal Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Ivaí – Pr  DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE  Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, instaurado pela Prefeitura Municipal de Ivaí-Pr, que não somos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, en qualquer de suas esferas.
(proponente) Á Comissão Municipal Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Ivaí – Pr  DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE  Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, instaurado pela Prefeitura Municipal de Ivaí-Pr, que não somos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, en
Á Comissão Municipal Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Ivaí – Pr  DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE  Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, instaurado pela Prefeitura Municipal de Ivaí-Pr, que não somos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, en
Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, instaurado pela Prefeitura Municipal de Ivaí-Pr, que não somos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, en
Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, instaurado pela Prefeitura Municipal de Ivaí-Pr, que não somos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, en
Prefeitura Municipal de Ivaí-Pr, que não somos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, en
,emde
Assinatura e identificação do representante legal da empresa proponente



Anexo III	(apresentação obrigatória)	
Edital de Licitaçã	io 089/2010 – Modalidade Concorré	ència Pública 003/2010
		(proponente)
Á Comissão Mur	nicipal Permanente de Licitação da l	Prefeitura Municipal de Ivaí – Pr
DECLAF		ISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA IÇÃO FEDERAL
e sob as penas i	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	te da licitação, por seu representante credenciado, declara, na forma 1/06/1993 e demais legislação pertinente, o cumprimento do disposto al.
	,emde	de
<del></del>		<del> </del>
Assinat	tura e identificação do representant	te legal da empresa proponente



\ .	atoria para as micros e pequenas empresas)
Edital de Licitação 089/2010 – Modalidade Co	
	(proponente)
Á Comissão Municipal Permanente de Licitaçã	ão da Prefeitura Municipal de Ivaí – Pr
DECLARAÇÃO DE ESTAR ENQUADRAD	OA COMO MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO
	PORTE
	ticipante da licitação, por seu representante credenciado, declara, na forma
	ntar 123/2006 - incisos I e II do artigo 3º e demais legislação pertinente que
	(micro empresa ou empresa de pequeno
porte).	
am da	de
,cmdc	uc
Assinatura e identificação do repres	sentante legal da empresa proponente



exo V (apresentação optativa)
ital de Licitação 089/2010 – Modalidade Concorrência Pública 003/2010
(proponente)
Comissão Municipal Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Ivaí – Pr
MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA - HABILITAÇÃO
A proponente abaixo assinada, participante da licitação, por seu representante credenciado, declara, na forma sob as penas impostas pela lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, obrigando a empresa que representa, que não pretende correr da decisão da Comissão Municipal Permanente de Licitação, que julgou os documentos de habilitação, nunciando, expressamente, ao direito de recurso da fase habilitatória e ao respectivo prazo e concordando com o osseguimento do procedimento licitatório, passando-se à abertura dos envelopes de proposta de preço dos oponentes habilitados.
,emde
Assinatura e identificação do representante legal da empresa proponente



<b>Anexo VI</b> Edital de Licitaçã	(apresentação optativa) 089/2010 – Modalidade Concorrência Pública 003/2010
Á Comissão Mur	(proponente) pal Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Ivaí – Pr
	MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA - JULGAMENTO
e sob as penas recorrer da dec	ente abaixo assinada, participante da licitação, por seu representante credenciado, declara, na forma postas pela lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, obrigando a empresa que representa, que não pretende ão da Comissão Municipal Permanente de Licitação, que julgou as propostas, renunciando, direito de recurso e ao respectivo prazo e concordando com o procedimento licitatório.
	,emde
Assinat	a e identificação do representante legal da empresa proponente



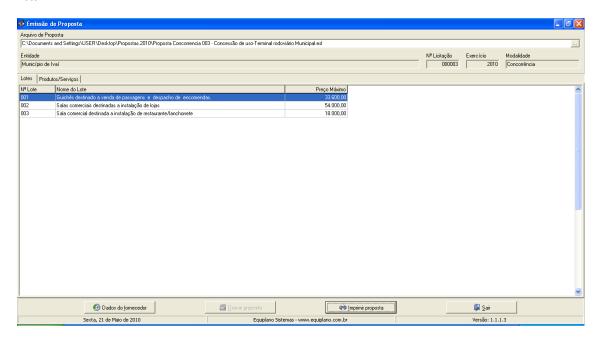
Anexo VII	(apresentação obrigatória	a)
Edital de Licitaçã	ão 089/2010 - Modalidade Concorre	ência Pública 003/2010
•		(proponente)
Á Comissão Mur	nicipal Permanente de Licitação da	Prefeitura Municipal de Ivaí – Pr
	DECLARAÇÃO DE RECEBIMENT	ΓΟ E/OU ACESSO À DOCUMENTAÇÃO
Prefeitura Munic	•	qualidade de proponente do procedimento licitatório, instaurado pela s documentos e tomamos conhecimento de todas as informações e es objeto da licitação.
		de

Assinatura e identificação do representante legal da empresa proponente



## Anexo VIII (ilustrativo)

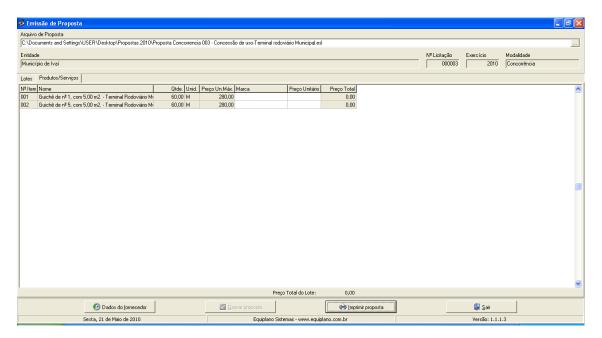
Edital de Licitação 089/2010 – Modalidade Concorrência Pública 003/2010 Lote





## Anexo VIII (ilustrativo)

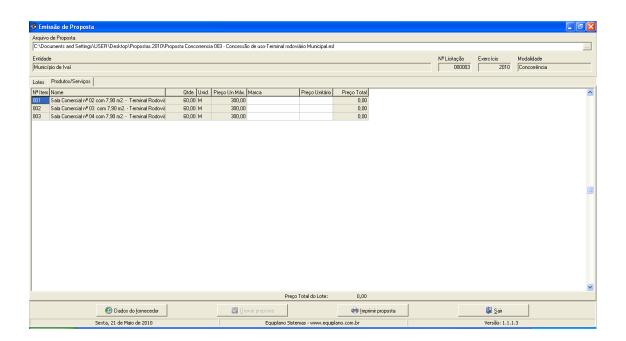
Edital de Licitação 089/2010 – Modalidade Concorrência Pública 003/2010 Itens





## Anexo VIII (ilustrativo)

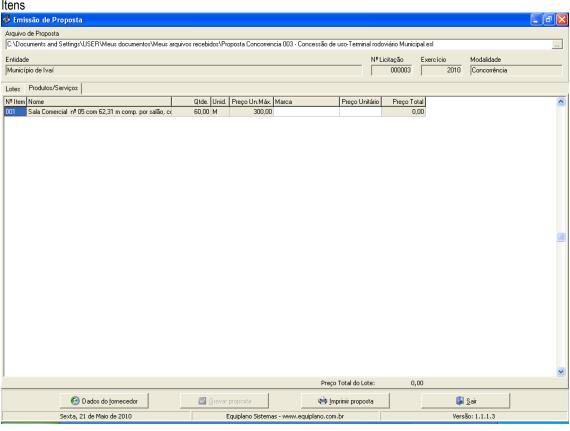
Edital de Licitação 089/2010 – Modalidade Concorrência Pública 003/2010 Itens





Anexo VIII (ilustrativo)

Edital de Licitação 089/2010 – Modalidade Concorrência Pública 003/2010





Anexo IX (apresentação obrigatória)

Edital de Licitação 089/2010 – Modalidade Concorrência Pública 003/2010

– Proposta ES – fornecida em CD, Disquete ou e-mail. – Preenchimento e entrega obrigatória.

Site: Ivaí.pr.gov.br